



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO
CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

1



**RELATÓRIO E PARECER DA CENTRAL DO
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO (CSCI),
SOBRE AS CONTAS DO EXECUTIVO,
EXERCÍCIO 2023**

CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO:

LEI: Lei Municipal nº 2.335/2002, alterada pela Lei Municipal nº 2.878/2007

REGIMENTO INTERNO: Decreto nº 2.805/2002

PORTARIA: 1.428/2023

MEMBROS DA CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO (CSCI):

Jóice Aparecida da Rosa Gervasoni, Coordenador de Controle Interno;

Lucilene Pires, Agente Administrativo;

Luciana Pereira Folharini, Agente Administrativo Auxiliar.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO
CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

2
4

RELATÓRIO E PARECER DA CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO (CSCI), SOBRE AS CONTAS DO EXECUTIVO, EXERCÍCIO 2023

Na qualidade de responsáveis pela Central do Sistema de Controle Interno do Município de Sobradinho - RS, vimos apresentar o Relatório e Parecer sobre as Contas de Governo do Poder Executivo, relativos ao exercício de 2023, em conformidade com o previsto no art. 74 da Constituição Federal, artigo 59 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e, nos termos do disposto no artigo 2º, inciso IV, letra “b” da Resolução nº 1.134/2020, do TCE/RS.

Destaca-se, inicialmente, que a Central do Sistema de Controle Interno do Município foi instituída pela Lei Municipal nº 2.335, de 22 de novembro de 2002, alterada pela Lei Municipal nº 2.878, de 24 de agosto de 2007, regulamentada pelo Decreto nº 2.805, de 09 de dezembro de 2002, tendo sido designados seus membros pela Portaria nº 1.428/2023.

A Comissão desenvolveu suas atividades da seguinte forma: análises documentais, questionamentos, entrevistas, consulta a empresas que dão consultoria ao Município.

Foram emitidos 07 (sete) relatórios referentes a auditorias ordinárias, 04 (quatro) relatórios em resposta a Solicitações de Informações do TCE/RS e 13 (treze) Recomendações. Além da Recomendação, a CSCI apresentou sugestões e orientações para a correção de falhas e aperfeiçoamento dos trabalhos desenvolvidos nos mais diversos setores sem que para tanto fossem apresentadas tais considerações em relatório de auditoria, visto que os setores buscaram seguir as orientações.

A CSCI, após análise da documentação das Contas do Prefeito Municipal, relativas ao exercício de 2023, resolve emitir o seguinte parecer, como segue:

1. RESTOS A PAGAR E DISPONIBILIDADE FINANCEIRA

Quanto aos Restos a Pagar, verificou-se o seguinte: o balancete da despesa emitido em 31/12/2023 demonstra que o total de empenhos a liquidar não processados foi de R\$ 590.112,77 (quinhentos e noventa mil, cento e doze reais e setenta e sete centavos); o total de empenhos processados a pagar foi de R\$ 4.457.588,49 (quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e sete mil, quinhentos e oitenta e oito reais e quarenta e nove centavos). Estes valores foram inscritos em restos a pagar não processados e processados, respectivamente. Confrontando-se tais empenhos com as disponibilidades de caixa verificada em 31/12/2023 e respeitadas as fontes de recursos correspondentes, temos o seguinte demonstrativo:

RECURSO	Disponibilidades (R\$)	Restos Processados (R\$)	Restos Não Processados (R\$)	Saldo (R\$)
500 – Rec. Não Vinc. Impostos	1.450.434,21	1.751.650,92	63.084,97	-364.301,68
540 – Transf. FUNDEB – Imp. e Transf. Impostos	267.533,05	259.125,94	0,00	8.407,11
550 – Transf. Salário Educação	92.504,47	39.804,25	50.000,00	2.700,22



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO
CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

552 – Transf. Recursos FNDE - PNAE	133,30	0,00	63,90	69,40
553 - Transf. Recursos FNDE - PNATE	8.818,76	0,00	8.000,00	818,76
569 – Outras Transf. Recursos FNDE	148.635,64	12.094,10	300,00	136.241,54
599 – Outros Recursos Vinc. Educação	119.656,80	528,79	0,00	119.128,01
600 – Transf. Fundo a Fundo Recursos SUS Gov. Federal – Bloco Manut. ASPS	367.699,65	84.733,92	19.321,32	263.644,41
621 - Transf. Fundo a Fundo Recursos SUS Gov. Estadual	278.591,62	342,40	6.301,03	271.948,19
632 – Transf. Estado Convênios e Instrum. Congêneres Vinculados à Saúde	57.480,71	17.096,20	31.493,00	8.891,51
659 – Outros Recursos Vinculados à Saúde	27.400,00	22.400,00	5.000,00	0,00
660 – Transf. Recursos FNAS	30.337,09	6.502,38	1.290,70	22.544,01
665 – Transf. Convênios e Instr. Congêneres vinc. à Assistência Social	28.042,04	1.254,40	0,00	26.787,64
669 – Outros Recursos Vinc. Assist. Social	104.731,06	51.795,72	0,00	52.935,34
700 – Outras Transf. Convênios ou Instrum. Congêneres da União	1.101.464,35	828.863,62	0,00	272.600,73
701 - Outras Transf. Convênios ou Instrum. Congêneres dos Estados	54.995,62	0,00	50.000,00	4.995,62
706 – Transferência Especial da União	1.103.533,67	0,00	70.632,96	1.032.900,71
708 – Transf. União Compensação Financ. Recursos Minerais	153.841,24	43.045,56	75.100,00	35.695,68
715 – Transf. Destinadas Setor Cultural – LC nº 195/2022 – art. 5º - audiovisual	106.738,78	80.815,74	22.365,44	3.557,60
716 - Transf. Destinadas Setor Cultural – LC nº 195/2022 – art. 8º - demais Setores da Cultura	43.238,43	40.797,89	0,00	2.440,54
749 – Outras vinculações de transferência	83.900,58	68.160,00	0,00	15.740,58
754 – Recursos de Operações de Crédito	358.688,30	358.688,30	0,00	0,00
755 – Recursos Alienações de Bnes/Ativos – Administração Direta	343.211,21	6.448,00	177.082,99	159.680,22
759 – Recursos vínculos a fundos	109.725,49	107.282,40	499,00	1.944,09
862 – Recursos de Depósitos de Terceiros	311,50	311,50	0,00	0,00
869 – Outros recursos extraorçamentários	765.703,66	765.703,66	0,00	0,00
802 – Recursos vinculados RPPS – Taxa de Administração	45.429.716,38	142,80	9.577,46	45.418.996,12
TOTAIS	52.637.067,61	4.457.588,49	590.112,77	47.499.366,35

Observa-se que houve insuficiência financeira no valor de R\$ 364.301,68 (trezentos e sessenta e quatro mil, trezentos e um reais e sessenta e oito centavos) .

2. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

No que respeita ao atendimento dos limites e condições para realização de operações de crédito cabem as seguintes considerações:

O Município realizou, no exercício de 2023, Operação de Crédito no montante de R\$ 1.061.342,49 (um milhão, sessenta e mil, trezentos e quarenta e dois reais e quarenta e nove centavos), representando 1,70% da RCL, ficando dentro do limite legal estabelecido pela Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 7º.

O Município não realizou qualquer Operação de Crédito através de Antecipação de Receita Orçamentária, no exercício econômico e financeiro de 2023.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO
CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

3. DESPESA COM PESSOAL

No tocante à despesa total com pessoal, de que tratam os Artigos 18 a 23, da Lei Complementar nº 101/2000, cabem as seguintes considerações:

Receita Corrente Líquida (RCL)	62.471.629,65	% S/ RCL
Despesas com Pessoal nos últimos 12 meses	31.629.723,41	50,63 %
Limite de alerta conforme artigo 59, § 1º, II da LRF		48,60%
Limite prudencial conforme artigo 22, § único da LRF		51,30%
Limite legal conforme artigo 20, III, “b” da LRF		54,00%

Verifica-se que o índice das despesas com pessoal está situado no intervalo de 48,60% a 51,30%, no limite de alerta de que trata o inciso II do § 1º do art. 59 da Lei Complementar nº 101/2000.

Constatamos que o Setor de Pessoal guarda em arquivo as declarações de bens e rendas dos agentes públicos lotados no Poder Executivo.

4. BENS PATRIMONIAIS, ALIENAÇÃO E INVENTÁRIO

Os bens móveis e imóveis do Município foram inventariados no exercício econômico e financeiro de 2023.

Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício econômico e financeiro de 2023 foram contabilizados nas contas patrimoniais respectivas.

No exercício econômico e financeiro de 2023 houve receita decorrente da alienação de bens integrantes do Ativo Permanente no montante de R\$ 380.120,00 (trezentos e oitenta mil e cento e vinte reais). Os respectivos recursos de alienação foram depositados em contas bancárias específicas, sendo que sua aplicação respeitou a legislação vigente.

Foi atualizado o saldo de materiais estocados em almoxarifado.

5. DÍVIDA CONSOLIDADA

A dívida consolidada líquida do Município apresentou a seguinte posição em 31/12/2023, a qual atende ao disposto na Resolução nº 40/2001 do Senado Federal:

Receita Corrente Líquida RCL	R\$ 62.471.629,65	% S/ RCL
Dívida Consolidada Líquida	R\$ 4.209.821,69	6,74%
Limite de emissão de alerta cfe. art. 59, § 1º, III da LRF		108,00%
Limite legal cfe. art. 3º, II da Resolução 40/2001		120,00%



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO
CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

6. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Em análise mais detalhada das operações financeiras e orçamentárias realizadas e informadas pela Contadoria no exercício econômico e financeiro de 2023, observamos, em relação ao disposto no Capítulo II, do Título IX da Lei Federal nº 4.320/1964, que as mesmas foram escrituradas em conformidade com as normas previstas e com observância dos princípios fundamentais de contabilidade, aplicáveis à espécie, pois:

A despesa orçamentária conteve-se no limite dos créditos votados e não excedeu o montante autorizado durante a execução, sendo autorizados os seguintes créditos adicionais:

Despesa Fixada		R\$ 78.950.000,00
Créditos Suplementares	R\$ 17.769.869,60	
Créditos Especiais	R\$ 5.994.737,26	
(-) Reduções	- R\$ 16.227.294,21	
Total da Despesa Autorizada		R\$ 86.487.312,65

Estes créditos adicionais autorizados são provenientes da utilização dos seguintes recursos:

Superávit Financeiro	R\$ 3.596.995,57
Excesso de Arrecadação	R\$ 3.940.317,08
Suplementação Orçamentárias na mesma entidade	R\$ 16.227.294,21
Reduções Orçamentárias na mesma entidade	- R\$ 16.277.294,21
Total	R\$ 7.537.312,65

Analisando-se os créditos adicionais abertos no exercício, observa-se a existência de autorização legal para a abertura bem como a existência dos recursos indicados para a sua cobertura, conforme o prescrito no artigo 43 da Lei 4.320/1964, no exercício econômico e financeiro de 2023.

Os gastos efetuados guardaram conformidade com a classificação funcional-programática da Lei Federal nº 4.320/1964 e Portarias Ministeriais.

Ficou caracterizada a observância das fases da despesa estabelecidas nos artigos 60, 63 e 64 da Lei Federal nº 4.320/1964.

As Notas de Empenho e respectivos pagamentos estão acompanhados de documentação comprobatória.

No controle contábil das operações financeiras extra orçamentárias, nenhuma irregularidade foi constatada.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO
CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

6



7. DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS

Analisando-se os principais demonstrativos financeiros que compõem o Balanço Geral do Município, especificamente o Balanço Financeiro (anexo 13), Balanço Patrimonial (anexo 14) e a Demonstração das Variações Patrimoniais (anexo 15), verificou-se o atendimento das normas legais vigentes, mediante a aplicação dos seguintes testes de consistência e relação de saldo contábil.

Balanço Financeiro: verificou-se a consistência das informações, comparando-se os dados constantes no demonstrativo com os saldos do balancete de verificação contábil de 31/12/2023, mediante a aplicação do seguinte teste:

Saldo Anterior do ativo disponível (Caixa e Bancos)	R\$ 9.485.794,75
(+) Receita Orçamentária Realizada	R\$ 67.378.797,26
(+) Receita Extra Orçamentária	R\$ 11.012.256,13
(+) Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 17.714,68
(-) Despesa Orçamentária realizada (Empenhada)	R\$ -67.191.766,88
(-) Despesa Extra Orçamentária	R\$ -13.905.184,83
(-) Transferências Financeiras Concedidas	R\$ -1.128.012,73
(=) Saldos das disponibilidades em 31/12/22 (Caixa e Bancos)	R\$ 5.669.598,38

Balanço Patrimonial: para fins de verificação da consistência das informações constantes do demonstrativo, foi verificada a consistência dos valores do encerramento do exercício e a situação patrimonial encontrada.

Ativo Circulante	R\$ 24.761.130,66
Ativo Não Circulante	R\$ 81.847.559,76
TOTAL ATIVO	R\$ 106.608.690,42
Passivo Circulante	R\$ 5.347.232,91
Passivo Não Circulante	R\$ 83.639.716,29
Passivo Real	R\$ 88.986.949,20
Saldo Patrimonial	R\$ 17.621.741,22
TOTAL PASSIVO	R\$ 106.608.690,42

Demonstração das Variações Patrimoniais: a consistência da apuração do resultado do exercício foi verificada mediante a extração dos seguintes dados do balancete de verificação contábil de 31/12/2023. O resultado encontrado coincide com aquele constante no Demonstrativo das Variações Patrimoniais, demonstrando a consistência das informações contábeis.

(+) Variações Patrimoniais Aumentativas	R\$ 78.945.300,85
(-) Variações Patrimoniais Diminutivas	R\$ 169.062.305,65
(=) Resultado Patrimonial do Exercício (deficit)	- R\$ 90.117.004,80

O resultado encontrado coincide com aquele constante do Demonstrativo das Variações Patrimoniais (anexo 15), demonstrando a consistência das informações contábeis.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO
CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

8. CUMPRIMENTO DE DECISÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS

Verificou-se que as decisões proferidas pelo Tribunal de Contas do Estado no exercício de 2023 foram acatadas pelo Poder Executivo Municipal, tendo sido adotadas medidas para o cumprimento integral das determinações da Corte.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO
CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

PARECER

Diante do exposto, a CSCI entende que houve o cumprimento adequado das metas previstas no Plano Plurianual, priorizadas na Lei das Diretrizes Orçamentárias, e dos programas de governo municipal elencados na Lei Orçamentária do exercício.

No que se refere à legalidade dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, constatou-se que foram observadas.

Com relação à eficácia e à eficiência da gestão, os resultados atingidos foram os previstos nas leis orçamentárias com proveito para a coletividade atendida.

Com base nas análises realizadas, a CSCI emite **parecer favorável** quanto à regularidade da gestão orçamentária e financeira do Poder Executivo no exercício de 2023.

É o Parecer.

Sobradinho, 15 de março de 2024.

Lucilene Pires
Membro da CSCI

Jóice A. da Rosa Gervasoni
Coordenadora do Controle Interno

Luciana Pereira Folharini
Membro da CSCI